

“GYMNASTICA ESCOLAR”: ESCULPINDO O FÍSICO, EDUCANDO A MENTE E PURIFICANDO A ALMA (SALVADOR, 1898-1930)*

Leandro Morais da Luz
Ione Celeste de Sousa **

Resumo: *Este artigo propõe-se a analisar as concepções e práticas de setores da elite intelectual brasileira, especialmente a medicina, voltados à higienização da infância escolarizada em Salvador, entre os anos de 1898 - 1930. Nossa leitura sobre este processo restringe-se à esfera da vigilância sobre o corpo através das atividades físicas recomendadas pelos médicos-higienistas para regeneração moral e intelectual dos infantes. A documentação utilizada na pesquisa foram as teses de doutoramento apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia, Código de Higiene Escolar, burocracia da Instrução Pública republicana e Jornais. Mediante a análise desta documentação, associada à revisão bibliográfica, apreendemos as discussões sobre a construção de uma sociedade limpa, forte, saudável e higienizada e eugênica. Estabelecemos diálogo com a História Social da Cultura, articulada à História da Educação, e ancorados nos seus referenciais, buscamos alcançar as dimensões culturais em torno da escola na sociedade, mergulhando no debate travado entre médicos, higienistas e professores na cidade de Salvador republicana, atentando aos mecanismos de controles desenvolvidos à época.*

Palavras-chave: Corpo; Infância; Higienização; Regeneração

INTRODUÇÃO

Nenhuma transformação nasce da noite para o dia, mas se constitui ao longo da história em meio às mutações nas quais os sujeitos vivenciam, interagem e contribuem num movimento dinâmico. No início do século XIX, uma série de questões fervilhavam na sociedade. Internacionalmente, o mapa político mundial foi redefinido, porém, o Brasil continuou na órbita das “nações periféricas”. Internamente, a liberdade dos escravos¹ e a chegada dos imigrantes contribuíram para o crescimento dos contingentes populacionais de alguns dos grandes centros urbanos do país, o que cooperou gradativamente para o aumento de desempregados e sub-empregados das cidades². Esta nova conjuntura externa e interna suscitou o interesse do capital externo, que viu inúmeras possibilidades de lucro com a implantação de suas empresas no território brasileiro, e a possibilidade de crescer ante a vastidão de mão-de-obra e matéria-prima barata e disponível (NEVES, 2003, p. 19-29).

* Este artigo é baseado na monografia de graduação “A Regeneração da Nação Através da Infância”: *higiene pedagógica, práticas escolares e regulamentos (Salvador, 1898-1920)* defendida em junho de 2007 na UCSal, sob orientação da Prof^ª Dr^ª Ione Celeste de Sousa. Sou grato aos professores José Augusto Ramos Luz e Maria Lia, membros da banca examinadora, bem como à minha orientadora pelas preciosas sugestões, conselhos e orientações. Porém, declaro-me o único responsável pelas possíveis limitações ainda existentes neste trabalho.

** Leandro Morais da Luz – Graduando em História pela UCSal, e-mail: moraisluz_leo@yahoo.com.br – autor; Ione Celeste de Sousa (UCSal/UEFS), e-mail: ioneajs@bol.com.br – Orientadora.

¹ A escravidão era vista como um obstáculo para o progresso do país, nos discursos abolicionistas, ou seja, uma mancha da imagem progressista que se tentava construir nas décadas finais do século XIX para o Brasil.

² Na Bahia sobre a situação não foi diferente. Desde o século XIX as fontes oficiais informavam, com grande desprezo, a multidão de pobres, miseráveis, desempregados. O estudo de Walter Fraga Filho (1996) revela o quanto é antigo o problema da pobreza na Bahia.

A Bahia, especificamente a cidade de Salvador, durante as três primeiras décadas da República apresentou expressivas singularidades quanto ao desenvolvimento do espaço urbano e, principalmente, quanto aos problemas estruturais. Segundo Bacelar (2001) e Silva Santos (2001), ocorreu na cidade de Salvador um crescimento demográfico modesto, porém esta continuou como o município mais populoso do estado³. Apesar do tímido crescimento demográfico, a capital estava imersa em graves problemas associados à estrutura urbana, pouco desenvolvida. Esse problema apresentava-se, por exemplo, representado pela carência de moradias, expressada nos baixos números de casas. Nas poucas existentes havia um número excessivo de moradores, configurando os chamados cortiços, na sua maioria insalubre, nos quais definhava a saúde dos populares que, posteriormente, foram alvo das políticas sanitárias.

Os grandes pólos aglutinadores de mão-de-obra na Bahia foram o serviço público e o setor de comércio e serviços, confirmando antiga vocação mercantil. Quanto à industrialização, a Bahia passou por pequenos surtos produtivos. Assim, para a grande população em geral, no período que convencionamos chamar de Primeira República, não ocorreram mudanças significativas nas esferas social ou econômica. Porém, assim como nos demais estados do país, houve um processo de intensificação dos interesses médicos pela população em geral. Tudo tornou-se motivo de preocupação e interesse destes profissionais: onde e como o povo andava, onde trabalhava, onde morava, o que fazia nas horas de descanso e como criava seus filhos.

Desde a segunda metade do século XIX, médicos, políticos, juristas e intelectuais em geral desenvolveram especial interesse pela família e, conseqüentemente, pelas crianças, que se concretizou em algumas tentativas de reformas dos hábitos populares. Anos depois, quando da instauração do regime político republicano no país, foram postuladas mudanças, no intuito de renovação para coadunar com as novas dinâmicas sociais: a crescente urbanização e transformações nas relações de trabalho, com o fim da escravidão. Urgia a resolução de problemas, vistos como vergonhosos e impeditivos do desenvolvimento nacional, concretos ou ideológicos, como o analfabetismo, o “atraso cultural” e a degeneração racial.

A preocupação da medicina higiênica estava presente em todas as esferas da vida dos infantes: roupas, alimentação e brincadeiras, tudo interessava aos médicos higienistas. Assim, o corpo físico não deixou de estar presente entre as suas preocupações através de recomendações sobre a ginástica, entre outras questões.

O OLHAR HIGIENIZADOR

Assim como outras capitais do país a Bahia devotou atenção para as questões das condições sanitárias e higiênicas. Este interesse estava sob a égide das percepções de civilidade, estética e higiene, seguindo um fenômeno observado na Europa, em especial na França, na segunda metade do século XIX⁴. A elite intelectual brasileira incorporou também a ideologia da

³ Para Jéferson Bacelar e Mário Augusto da Silva Santos, essa característica do pequeno crescimento demográfico do município de Salvador faz-se em comparação aos números encontrados para São Paulo e Rio de Janeiro. Estes autores afirmam que o crescimento populacional de Salvador foi quase que exclusivamente vegetativo, vez que não houve para Salvador, assim como para o Nordeste em geral, nenhuma corrida imigrante com vistas no caso de São Paulo e Rio de Janeiro. Bacelar afirma que Salvador permanecia a mais negra das cidades brasileiras. O desenvolvimento da lavoura cacaueteira a partir dos fins do século XIX, atraindo grandes levas, poupou Salvador de receber imigrantes das zonas rurais do estado. E, por outro lado, o contingente de estrangeiros que aportou na cidade foi mínimo, jamais chegando a 1% de sua população, sendo assim incapaz de alterar a sua composição demográfica” (Cf.: BACELAR, 2001, p. 43).

⁴ Segundo Michelle Perrot, a partir de 1880 na França as temporadas de migração para as cidades passaram a ser permanentes, devido à grande depressão dos anos 1882-1889. Esse processo migratório contribuiu decisivamente

“necessidade” de regulação das formas de vivência da população, em geral pobre e urbana, alijada de oportunidades socioeconômicas.

Nestas políticas sanitárias estavam sempre presentes os interesses sobre os hábitos e atividades da população mais pauperizada, entendida como desprotegida e ignorante. Esta idéia de desproteção, ignorância e ingenuidade foram os argumentos legitimadores das ações de tutela do Estado sobre a população. Em verdade, esse interesse da medicina pelos hábitos e comportamento da população pobre, principalmente seus locais de moradia, não era novidade da Primeira República. Fraga Filho (1996, p. 27) afirma que as habitações da população pobre eram objetos de interesse da medicina social⁵ desde a segunda metade do século XIX.

Este interesse da medicina e do poder público pelos hábitos e costumes da população não se justifica, simplesmente, pela benevolência e preocupação com a saúde do povo. O empenho fazia parte de um projeto mais amplo de disciplinarização e regulação de hábitos populares que, segundo a concepção do momento, impedia o progresso intelectual e moral do país, consoante afirma Leite,

se o projeto higienizador, inicialmente, direcionou suas vistas para os problemas relacionados à estrutura e infra-estrutura urbanas e para a qualidade das habitações, não tardou em se preocupar com os hábitos da população, assumindo uma dimensão social. (1996, p. 11)

Assim, nas principais cidades do Brasil, a exemplo do que ocorreu na Europa desde o século XVIII, instaurou-se, a partir da emergência republicana, um movimento médico-higienista que investiu no corpo familiar, gerando transformações nos comportamentos. Este projeto disciplinador “*buscou normatizar as habitações, passou a invadir a vida familiar e procurou estruturar comportamentos individuais e coletivos*” (LEITE, op. Cit., p. 11-12).

Para tanto, efetivou-se um processo de “reeducação do povo”. O projeto higiênico sanitário tinha como propósito livrar o país, e o estado da Bahia, das doenças que abatiam o vigor e a produtividade do trabalhador. Essa invasão do discurso médico no seio da sociedade atingiu todos os segmentos sociais, especialmente os setores mais pobres da sociedade.

Essas políticas sanitárias investiam intensamente no tecido social, em especial, nas famílias. Desejava-se constituir um novo modelo familiar mononucleado e higienizado. Neste aspecto, a mulher passou a gozar de um novo significado na sociedade. Passou a acumular as funções de responsável pelo zelo dos filhos e do marido, guardiã da moral e da honestidade. Assim, o saber médico, somado à educação, buscou reconfigurar um novo padrão familiar. A infância não escaparia da atenção dos médicos: preocupações com horários, alimentação, lazer, leituras, trabalho e educação estavam presentes na agenda destes profissionais. As crianças

para o rompimento dos laços com a terra, no qual as pessoas passaram a viver nos grandes centros urbanos em condições indignas. (cf.: PERROT, 1988, p. 109)

⁵ A idéia de “Medicina Social” está edificada no pensamento foucaultiano. A princípio é necessário ter a noção de que Foucault acreditava que o controle da sociedade sobre os indivíduos não se constrói somente pela consciência ou ideologia. Para o pensador francês, o controle sobre os sujeitos se opera a partir do corpo biológico-somático. Foucault falava no corpo humano como uma realidade bio-política. A medicina social nasceu, para Foucault, na França nos fins do século XVIII, devido à necessidade de organizar o corpo urbano de maneira minimamente coerente e homogêneo, como forma de mitigar as tensões sociais, principalmente no século XIX. Medicalizar alguém significa, necessariamente, controlá-lo, dominá-lo, idéia que pode ser observada em internatos, hospícios e prisões. A idéia de medicina social baseia-se nas concepções de confinamento, isolamento, vigilância e individualização. A medicina social age a partir de três premissas: ação sobre os locais de acúmulo e amontoamento, nos quais podem ser proliferadas doenças e epidemias; controle da circulação do ar e da água; por último aquilo que Foucault chama de organização de distribuições e seqüências. (Cf.: FOUCAULT, 1979, p. 79-98)

foram público-alvo de várias campanhas sanitárias de saúde e higiene, afinal os “pequenos” representavam futuras forças de trabalho que deveriam ser preservadas e cuidadas.

Neste cenário de intensos conflitos e insatisfação com a condição urbana, a medicina social criou políticas voltadas para a família e a infância que representava, naquele momento, o futuro da nação e regeneração da Pátria. Principalmente as infâncias pobres dos centros urbanos, que necessitavam criar bons hábitos e educação para o trabalho (C.f.: MARQUES, 2003, p. 65). Automaticamente, o interesse também era despertado pela pobreza urbana e suas habitações desordenadas.

A elite intelectual, atenta às idéias que circulavam na Europa, passou a lutar pela consolidação de uma “infância escolarizada e higienizada”, que pudesse garantir a higidez de uma nova sociedade, a qual postulava o *status* de moderna e civilizada.

HIGIENITAS, INFÂNCIA E SOCIEDADE: ELEMENTOS DE UM NOVO PROJETO

Grande parte das campanhas sanitárias tinha a infância como objeto imediato de intervenções, dividia-se em duas modalidades. A primeira, ligada às questões da alimentação infantil, pode indicar uma preocupação, talvez, referente aos altos índices de mortalidade e com a própria condição física das crianças. A segunda modalidade de propaganda versava sobre hábitos populares referentes ao cuidado com o corpo, que precisavam ser reeducados. Dormir com janelas fechadas⁶, incentivo aos hábitos de higiene corporal como banho e cuidados diversos com os dentes, fizeram parte destas novas políticas de atenção à sociedade.

Práticas populares de cuidados com a saúde infantil passaram a ser demonizadas. Não gozavam da nota de cientificidade tão cara às elites. Somente a medicina estava legitimada a falar e agir em nome da “*sciencia*”, que aparecia como guardiã da infância desprotegida.

As ações médico-higienistas tinham uma clara intenção de atingir e reeducar a família, em especial as mais pobres e o operariado, acurando-os e livrando-os dos vícios causadores da improdutividade laborativa. O álcool, por exemplo, visto como um dos males que abatia a sociedade e a desviava do horizonte do progresso, foi alvo de políticas de saúde pública, frente aos seus danos causados. Segundo matéria publicada na *Revista Bahia Ilustrada*, o alcoolismo representava um grande incômodo das sociedades, capaz de gerar graves problemas à ordem social e familiar:

Dentre os grandes males que consomem esta pobre humanidade, ainda agora a se destruir nos campos da civilizada Europa, ressalta o alcoolismo que, pegando parêntese com a syphilis e a tuberculose, é um dos grandes factores de encurtamento da vida humana e degeneração do indivíduo como de desorganização da família e da sociedade.⁷

Assim continuava a matéria:

⁶ Dormir com as janelas fechadas fazia parte de uma luta contra a transmissão miasmática de certas doenças. A urbanização tinha também como alicerce o ideal de isolamento dos agentes infecciosos do meio urbano. Acreditava-se na existência dos miasmas, que estavam em “suspensão” no ar, principalmente nos locais que não seguiam os preceitos de higiene corretos. Estes possuíam a capacidade de transmitir doenças das mais diversas naturezas, principalmente durante a noite, pois, acreditava-se que as baixas temperaturas da noite propiciavam a circulação dos miasmas, infectando os cidadãos mais desprotegidos.

⁷ Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia (CEDIC- BA), *Revista Bahia Ilustrada*, Rio de Janeiro, Setembro de 1918

Grave problema de higiene social, cuja solução está a impor-se à consciência dos homens cultos desta nação, é a prophylaxia do alcoolismo que em outros países mais adeantados e porventura menos politiquetos, vai merecendo atenção das gentes do governo e da sciencia como do publico susceptivel de cogitações deste jaez⁸.

Nas páginas seguintes o colunista continuou a tecer críticas sobre o “famigerado” vício do alcoolismo, e cobrou do governo atitudes mais enérgicas e ações eficazes no combate ao mal causado pelo álcool.

A preocupação com a alimentação dos infantes estava diuturnamente presente na pauta médica. Afinal, “*a formação de bons hábitos na criança deveria começar pela renovação dos costumes alimentares*” (COSTA, 1999, p. 175). Na primeira infância, ou seja, nos primeiros anos de vida, esta preocupação cristalizava-se na questão da amamentação materna. O aleitamento materno, segundo concepção vigente, era capaz de transmitir aspectos da natureza humana, boas e más idéias. Isso representava um risco eminente para a família e a sociedade, quando feito por uma nutriz considerada perigosa ou de má índole. A amamentação no seio materno era compreendida como uma medida básica e fundamental da higiene infantil. “*E’ necessário que se propale mais e mais, sempre ainda, o valor inextimavel do leite materno [...] para a manutenção do leite materno no entanto são necessárias varias medidas que só o Estado poderá fixar e executar*”⁹, defendia o médico Waldemar Lagos, em 1930.

Até o início do século XX, a prática de entrega da criança a outras mulheres para a amamentação era prática comum das grandes cidades. Este fenômeno refletia dois problemas: o primeiro, referente àquelas mães que, por força de seu trabalho, não podiam dedicar-se a esta atividade; ou aquelas que, por liberalidade, desejavam livrar-se do fardo da amamentação. O “*aleitamento mercenário*” (COSTA, 1999, p. 255) passou a ser visto pelos médicos como um problema a ser enfrentado. A ele foram atribuídos os altos índices de mortalidade infantil e a degeneração da moral intrínseca na criança. Assim, a campanha “*eu quero o leite da mamãe*”, visava acabar com a prática do emprego de nutrizes na alimentação das crianças e deixar explícito o papel que cabia às mulheres-mães neste corpo social que se redefinia. Para Costa (1999, p. 258), a idéia do aleitamento feito pelas próprias mães correspondia não somente a uma preocupação com a mortalidade infantil, mas também uma possibilidade de controle do tempo e das atividades femininas. Tratava-se de uma redefinição clara do papel da mulher neste universo disciplinar.

Outras práticas consideradas rudimentares e sem base científica também deveriam ser destruídas. Era preciso acabar com a rede doméstica de cuidados com a saúde, por exemplo, sobre a dentição infantil, escreveu o médico Waldemar Lagos:

Não existe, evidentemente, nenhuma doença provocada pelos dentes, nem existe, tão pouco, dentição difícil. Não há necessidade, pois, do uso de “mel rosado”, pena de galinha e outras intervencionices para facilitarem o nascimento dos dentes¹⁰.

A maior preocupação do Estado no referente aos cuidados com a infância, especialmente a pobre, corresponde ao fluxo de mudanças que marcaram o início do século XX, como a

⁸ Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia (CEDIC- BA), *Revista Bahia Ilustrada*, Loc. Cit.

⁹ Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia (CEDIC- BA), LAGOS, Waldemar. *Higiene da Criança: noções elementares de puericultura*, 1930, p. 117.

¹⁰ Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia (CEDIC- BA), LAGOS, Waldemar. *Higiene da Criança: noções elementares de puericultura*, 1930

urbanização e a industrialização. O interesse pela infância teve nas representações tanto na esfera privada do lar, quanto na esfera pública do processo de socialização pela escola. Para Luz (2002), o interesse pela infância esteve alicerçado num movimento de percepção da criança enquanto novo futuro para a nação recém-edificada sob os auspícios do novo regime político. Afinal, a criança era vista como os braços da nação, que desde cedo precisa ser disciplinada e educada para o trabalho, habilitada para assumir postos laborativos desarrimados pela elite. Desejava-se construir uma sociedade mais “qualificada” moral, física e socialmente, nos padrões civilizacionais europeus ocidentais, ao selecionar “os melhores e mais fortes” e suprimir os indesejáveis.

Neste período, a infância teve destaque em relação aos outros problemas da sociedade, num contexto de tentativas de moralização dos hábitos populares; de controle da pobreza; da propensão às doenças; da crítica falta de hábitos sociais saudáveis; do ataque às tendências à ociosidades; via a valorização dos laços de família, constitutivos do ideal burguês e da reforma das moradias. Até então alvo somente do espírito caritativo, a infância passou a ser alvo de uma política minimamente organizada, empreendida por médicos, higienistas e “pedagogistas”. Este movimento de mudança esteve atrelado também a um novo status de feminilidade, com a mulher visualizada nos papéis de *esposa – dona-de-casa – mãe-de-família*¹¹, desejo de implantação do ideal burguês nas famílias trabalhadoras que garantiu os investimentos na infância pobre e proletária, visando à criação de um cidadão habilitado ao trabalho. Para tanto, era necessário investir na erradicação dos hábitos populares indesejáveis, bem como na constituição de corpos físicos saudáveis e, conseqüentemente, na construção de um corpo social saudável.

FORÇA, RUBUTEZ E BELEZA: OLHAR HIGIENISTA SOBRE O CORPO INFANTIL

O corpo humano não passou incólume das investidas dos profissionais da modernidade. O corpo era visto como uma máquina e enquanto tal deveria estar em constante uso e aperfeiçoamento. Para Marques (1994, p.119), a questão do corpo estava centrada em uma forma de controle da população, na qual visava-se adaptar o corpo-humano a exercer o papel de extensão da máquina. Essa teoria maquinista sobre o corpo ganhou ávidos defensores preocupados com a condição física e orgânica do corpo infantil, que desde pequeno deveria estar nos padrões exigidos para uma boa raça, contendo e evitando a “degeneração racial”.

O discurso republicano viu a saúde como um bem a ser construído pela disciplina manifestada pela regularidade da atividade física ou comprada pelo poder financeiro. Naquela época tomava-se “*Xarope de Gilbert ou Grageas de Gibert*” para *affecções syphiliticas* e vícios do sangue. Contra tosses, os médicos mais respeitados indicavam “*Capsulas Cognet*”. Para as nefralgias, contusões, dores de cabeça e chagas usava-se o “*Sabão Russo*”, contra as debilidades, “*neurasthemias*”, anemias o mais indicado era os “*Elixir M. Maroto*”. Mas se o problema era com o organismo feminino, o bom mesmo era o “*Elixir de Salsaparrilha*”, podia ser comprado facilmente no depósito geral do Largo do Pelourinho ou nas Farmácias da cidade baixa.¹² Assim, entre propagandas imperativas o corpo humano adquiria novos significados. A necessidade de cuidado estava presente em todos os lugares: os jornais e revistas alardeavam anúncios de medicamentos ágeis e eficazes contra todos os males físicos e mentais.

A “*gymnástica*” tornou-se comum nas escolas. Ela resolvia dois problemas importantes: combatia a ociosidade e lapidava os corpos simultaneamente. Seria “*uma pratica ortopédica e*

¹¹ RAGO, 1997, *passim*

¹² Instituto Histórico Geográfico da Bahia (IHGB), *Jornal de Notícias*, 1904, p. 3

de correção do corpo” (SOUZA; VAGO, 2003, p. 253). O discurso médico-higienista entendeu a atividade física como um elo de aprimoramento mútuo do físico, da moral e do intelecto. A “*educação physica*” agia sobre quatro grandes benefícios à vida, segundo os médicos. Primeiro, conservava a saúde, imprimia beleza e forma ao corpo, dava ao espírito a audácia e a coragem necessária, e por último, garantia ao corpo possibilidade de realizar trabalhos sem o uso exagerado de esforço físico.¹³ Tratava-se de obter o equilíbrio perfeito entre corpo e mente.

A idéia da atividade física não se restringiu somente aos alunos. Os professores também deveriam estar em boas condições físicas. A ginástica tornou-se parte do currículo de formação das alunas da Escola Normal. As futuras professoras também deveriam estar preparadas ao uso racional do corpo e de transferir aos seus “*alumnos*” esse novo conceito. A “*gymnastica sueca*” fez parte da formação de muitas profissionais da educação. Representou também um novo campo de atuação profissional aberto a homens e mulheres.

Entendia-se que as competências intelectuais dos indivíduos só poderiam ser evidenciadas se fossem trabalhadas sobre corpo *forte, robusto e belo*. A civilização greco-romana era vista como parâmetro de sucesso, nela tanto corpo e mente eram exercitados na mesma medida, motivo que teria garantido aos gregos e romanos o auge na corrida evolutiva da espécie humana¹⁴.

O regulamento de Instrução Pública da Bahia, de 1895, previu que todas as escolas, construídas ou reformadas, deveriam ter, na medida do possível, espaços abertos e cobertos para o exercício físico dos alunos, de modo que as variações climáticas não interrompessem a habitualidade do exercício. Porém, as escolas rurais ou que tivessem a presença de jardins às atividades nestes ambientes, podiam suprir os exercícios físicos da “*Gymnasticas*”.

A ginástica ensinada na escola deveria ser higiênica, educativa e sem caráter acrobático, na qual, sexo, idade e força física do aluno deveriam ser considerados a fim de evitar prejuízos à saúde¹⁵. Essa separação dos sujeitos entre si, em faixa etária, possibilitava o controle da sexualidade, ao mesmo passo que garantia uma formação intelectual diferenciada, na qual a indicação de exercícios físicos diferentes devia provar que os sujeitos eram e precisam se “naturalmente” desiguais na sociedade (COSTA, 1999, p. 186-187).

Além de todos os benefícios citados, o exercício físico também foi considerado como uma maneira inteligente de evitar a fadiga mental do aluno. Cada escola deveria oferecer aos seus alunos uma carga horária diária de trinta minutos de atividade física, recomendada pelo médico inspetor da região. Nessa lógica, a organização curricular da escola deveria administrar responsabilmente suas atividades, evitando uso e abuso desnecessário da memória ou capacidade mental do aluno. Era permitido, e até recomendado, o ensino de instruções militares e escotismos, que indica uma influência da cultura militar no ensino (SOUZA; VAGO, 2003, p. 256), visando à formação de cidadãos aptos, civilizados, higienizados e dotados de energia moral. Tratava-se de uma educação integral, “*que estava assentada no tripé: saúde, moral, e trabalho – era uma resposta às políticas ensaiadas por setores da intelectualidade brasileira na redefinição dos esquemas de dominação vigente.*” (CARVALHO, 2006, p. 306)

A grande preocupação social era com a degeneração moral e física dos brasileiros. Tratava-se de um movimento presente em todo o país. Augusto de Carvalho, em 1903, escreveu

¹³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APB), Jornal Oficial, Cx. 1755

¹⁴ “A lista de exercícios físicos e de suas vantagens seriam intermináveis. Os médicos faziam apelo a todo tipo de argumentos para justificar a importância da educação do corpo. Gregos, romanos, celtas, gauleses, germanos e mil outros povos reputados cultos, heróicos e guerreiro eram chamados como testemunhas do valor e cultivo do corpo.” (COSTA, 1999, p. 185)

¹⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APB), Setor Republicana, Secretaria de Governo, Livro 1755

Ninguém hoje contesta o estiolamento físico seja uma das causas mais vulgares da fraqueza moral. Se falta no homem vigor material, como poderá ele dar mostras de energia moral?¹⁶

A Bahia não ficou de fora deste novo projeto, que surgiu como um elemento precípuo para a construção de uma civilização. De um lado a escola, enquanto espaço limpo, perfeito e organizado; de outro os alunos fisicamente e moralmente preparados. A atividade física era vista como uma forma de assegurar que o corpo infantil, já docilizado pela disciplina, adquirisse mobilidade, agilidade, destreza e força¹⁷. Habilidades essenciais aos populares, vez que seus destinos estavam previamente traçados nas atividades manuais dos centros urbanos.¹⁸ Era a concepção de um mundo cada vez mais capitalista, no qual as relações humanas passaram a ser mensuradas em torno da produção econômica. Além de ser, também, um reflexo dos modelos racialistas republicanos, da eugenia e do movimento higienista da sociedade.

Por fim, segundo a concepção médica da sociedade, as atividades da ginástica trazia benefícios a todos da sociedade, principalmente a criança-aluno. Na sociedade os benefícios eram a construção de uma comunidade mais cordial, constituída por sujeitos sadios fisicamente e intelectualmente. E para os alunos os benefícios poderiam ser desfrutados durante a vida adulta: seriam adultos destemidos, de temperamento forte e prontos a enfrentarem o mundo do trabalho sem flagelo da preguiça, contribuindo ao engrandecimento da nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Regenerar a nação dos infortúnios da ignorância, miséria e incivilidade estava entre os objetivos da elite intelectual desde meados do século XIX. A República, de 1889, veio amplificar estes ideais, pois não era interessante a uma nação que se postulava moderna e civilizada, conviver com um povo degenerado física, moral e intelectualmente.

Segundo a concepção eugênica da sociedade, a higienização da infância deveria ser iniciada bem antes do nascimento das crianças, com a higiene pré-nupcial. Esse cuidado garantiria a construção de uma sociedade mais organizada, assegurada pelo fomento de uniões legítimas, evitando o advento de famílias “desorganizadas”, geridas na maioria das vezes somente por mulheres, afrontando as determinações legais do Código Civil brasileiro, no qual cabia ao pai o sustento e educação dos filhos¹⁹.

A eugenia vinha assim qualificar a higiene como impositora de normas para regular a vida social das populações urbanas, ampliando consideravelmente aquele campo de atuação. Isso porque a eugenia se utilizaria de todos os dispositivos já experimentados pela higiene, desde a ordenação do meio ambiente até os padrões de habitação das diferentes classes sociais, atingindo finalmente o que restaria ainda a disciplinar: a espécie (MARQUES, 1994, p. 27).

As normas higienizadoras e o desejo de remodelação da sociedade tiveram pela escola uma predileção especial. Primeiro, por que a ciência médica acreditava que compreendia cientificamente o ser humano. Segundo, por que a escola representou a possibilidade de evitar a degeneração dos futuros cidadãos, pelo reconhecimento de seu papel formador dos sujeitos, via disciplina constituinte e constitutiva da cultura escolar. Esse poder conferido à medicina

¹⁶ BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA (APB), Periódicos raros, Revista de Ensino/SP, p. 1035

¹⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APB), Setor Republicana, Secretária de Governo, Livro 1755

¹⁸ BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA (APB), Periódicos raros, Revista de Ensino/SP, p. 1035

¹⁹ No entanto, Ferreira Filho (2003) já discutiu o quanto essa perspectiva de provimento masculino estava circunscrita ao plano do ideal.

também coadunava com o desejo de diferenças entre os indivíduos, para a garantia da harmonia social, ante o advento da Abolição. Se juridicamente o regime político elegia a igualdade entre os sujeitos, por outro lado, a medicina se uniu à eugenia para alardear que não existia igualdade total, pois todos eram biologicamente diferentes. Foram criados então dispositivos que asseguravam desde muito cedo, aos infantes do espaço escolar, o costume de ser separados e classificados, possibilitando, inclusive, o reconhecimento de seu lugar na hierarquia social.

REFERÊNCIAS

- BACELAR, Jéferson. **A Hierarquia das Raças: negros e brancos em Salvador**. Rio de Janeiro, Pallas, 2001
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 4º ed, Rio de Janeiro: Graal. 1999
- DAVID, Onildo Reis. **O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX**. Salvador: Edufba/Sarah Letras, 1996
- DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986
- FERREIRA, António Gomes. Higiene e controle médico da infância e da escola. In: **Cadernos Cedes**, Campinas, V.23, n. 59, p. 9-24, abril 2003
- FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX**. São Paulo/Salvador: HUCITEC/EDUFBA, 1996
- FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem pariu e bateu, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza Salvador, 1890-1940**. Salvador: EDUFBA, 2003 (centro de Estudos Baianos: 152)
- FREITAS, Marcos Cezar (org). **História Social da Infância no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2006
- FONSECA, Thais Nivia. História da Educação e História Cultural. In: FONSECA, Thais Nivia; VEIGA, Cynthia Greive (org). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 49-97
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 79-98
- GONDRA, José Gonçalves. Homo Hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. In: **Cadernos Cedes**, Campinas, V.23, n. 59, p. 25-38, abril 2003a
- _____. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (org). **500 anos de educação no Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003b, p. 519-550
- _____. “Modificar com brandura e prevenir com cautela”: racionalidade médica e higienização da infância In: FREITAS, Marcos César; KUHLMANN, Moyses (org). **Os Intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 289-318
- GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: CHARTIER, Roger (org). **História da Vida Privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 311-330

GOUVÊA, M^a Cristina de Soares. A escolarização da “meninice” nas minas oitocentista: a individualização do aluno. In: FONSECA, Thais Nivia. VEIGA, Cynthia Greive (org). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p189-226

LEITE, Rinaldo César Nascimento. **E a Bahia Civiliza-se... Idéias de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador, 1912-1916**. Dissertação de Mestrado. Salvador: PPGH, UFBa, 1996

LUZ, José Augusto Ramos. Educação, progresso e disciplina na Salvador republicana: a criança como ponto de partida. In: **Congresso Brasileiro de História da Educação**. II., 2002, Natal. *Anais...* Natal: Editora do Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, 2002.1 CD-ROM

MARQUES, Vera Regina. **A Medicalização da Raça: Médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994

MOTA, André. **Quem é bom nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**. Rio de Janeiro: D&A, 2003

NEVES, M. de S. Os Cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. A N.(org). **O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-44

PINHEIRO, Eloísa Petti. A Reforma Urbana de 1912-1916: um novo desenho urbano para a cidade de Salvador. In: **Congresso de História da Bahia, IV**, [Salvador 450 anos], Salvador, *Anais...* Salvador: IGHB/ Fundação Gregório de Matos, 2001, p. 901-911

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar; Brasil, 1890 – 1930**. 3^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1997

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação escolar e higienização da infância. In: **Cadernos Cedes**, Campinas, V.23, n. 59, p. 39-56, abril 2003

RODRIGUES, Andréia da Rocha. **A Infância esquecida: Salvador, 1900-1940**. Salvador: EDUFBA, 2003 (Centro de Estudos Baianos : 153)

SANTOS, M. A S. **A República do Povo: sobrevivência e tensões – Salvador, 1890-1930**. Salvador: EDUFBA, 2001

SOUSA, I. C. **Garotas tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925/1945**. São Paulo: EDUC, 2002.

_____. **Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890**. Tese de Doutorado. São Paulo, SP: PUC/SP, 2006.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de; VAGO, Tarcísio Mauro. Última década de Gymnastica na formação do professorado mineiro. In: FONSECA, Thais Nivia. VEIGA, Cynthia Greive (org). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 253-284